

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS
DE AUTONOMIA E LIBERDADE EM PAULO FREIRE E ERICH FROMM**

**CONSIDERATIONS ABOUT THE RELATIONS BETWEEN THE CONCEPTS OF
AUTONOMY AND FREEDOM IN PAULO FREIRE AND ERICH FROMM**

**ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LA RELACIÓN ENTRE LOS
CONCEPTOS DE AUTONOMÍA Y LIBERTAD EN PAULO FREIRE Y ERICH
FROMM**

NEVES, Wagner Roberto
wagnersul3@gmail.com
Universidade Ibirapuera
<https://orcid.org/0000-0002-1566-4817>

BARCHI, Rodrigo
rbarchicore@uol.com.br
Universidade de Sorocaba
<https://orcid.org/0000-0001-9198-1382>

RESUMO O texto que se apresenta busca discutir alguns pontos da influência do conceito de liberdade na obra de Erich Fromm sobre a noção de autonomia no pensamento de Paulo Freire, em especial como a conexão entre as duas ideias pode contribuir para se debater sobre a construção da autonomia na escola, enfocando especialmente a relação entre professores(as) e alunos(as). O artigo se divide em três partes, sendo que a primeira aborda a noção de liberdade no pensamento de Erich Fromm, a segunda discute o conceito de autonomia em Paulo Freire, e a terceira busca realizar uma discussão ao redor da conexão entre as duas noções, trazendo algumas contribuições do campo da psicanálise na educação para se debater e ampliar a dimensão conceitual da autonomia como enfoque no trabalho pedagógico cotidiano.

Palavras-chave: Autonomia. Liberdade. Educação. Paulo Freire. Erich Fromm.

ABSTRACT This paperwork aims to discuss some aspects of the freedom concept influence in Erich Fromm's work on the sense of autonomy in Paulo Freire's thought, especially how the connection between the two ideas might contribute to discuss about the construction of autonomy in schools, focusing especially on the relation between teachers and students. The paper is divided in three parts, being the first one addressed to the concept of freedom in Erich Fromm's thought, the second one discuss the concept of autonomy in Paulo Freire's work, and the third part aims to establish a discussion on the connection between the two concepts, presenting contributions from the field of psychoanalysis in the education to discuss and expand the conceptual dimension of autonomy as a focus on daily pedagogical work.

Key words: Autonomy. Freedom. Education. Paulo Freire. Erich Fromm.

RESUMEN El texto que se presenta busca discutir algunos puntos de la influencia del concepto de libertad en la obra de Erich Fromm sobre la noción de autonomía en el pensamiento de Paulo Freire, en particular cómo la conexión entre las dos ideas puede contribuir al debate sobre la construcción de la autonomía en la escuela, centrándose especialmente en la relación entre profesores y alumnos. El artículo se divide en tres partes, la primera de las cuales aborda la noción de libertad en el pensamiento de Erich Fromm, la segunda discute el concepto de autonomía en Paulo Freire, y la tercera busca conducir una discusión en torno a la conexión entre las dos naciones, trayendo algunas contribuciones en el campo del psicoanálisis en la educación para debatir y ampliar la dimensión conceptual de la autonomía como foco del trabajo pedagógico cotidiano.

Palabras-clave: Autonomía. Libertad. Educación. Paulo Freire. Erich Fromm.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto busca realizar uma discussão teórica ao redor do conceito de autonomia na obra de Paulo Freire, partindo da influência da noção de liberdade no pensamento de Erich Fromm. Este artigo foi desenvolvido a partir da base teórica de uma pesquisa que intencionou construir um recorte histórico e evolutivo na compreensão da construção da autonomia em estudantes do ensino básico, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

Entende-se aqui que essa noção de autonomia é importante suporte não para pensar o papel do(a) professor(a) no processo educativo como um cabide para o(a) aluno(a) isentá-lo(a) de suas funções, mas, ao contrário, para fazer com que o(a) professor(a) se submeta ao processo do(a) aluno(a), para experimentá-lo(a) e conduzi-lo(a) a um projeto de vida. Este planejamento conjunto, elaborado de maneira dialógica, não deve apenas visar à inserção do(a) aluno(a) no mercado mas também fazer sentido para a totalidade da sua existência, em seus aspectos biológicos, psíquicos, sociais e emocionais. O objetivo com isso é viabilizar o desenvolvimento de suas competências por meio do respeito e da integração dessas dimensões do ser, com as quais o sujeito se constitui e das quais nunca irá se separar.

O conceito de autonomia se vincula à ideia de liberdade e é conferido ao(à) aluno(a) e ao(à) professor(a) para que as crises na educação possam ser superadas, no sentido de reduzir desigualdades e prover uma educação mais democratizada, por

meio da institucionalização de práticas sociais e culturais que se estruturam em torno das experiências dos sujeitos que participam de determinada realidade.

Cançado (2020) traz uma provocação interessante acerca da concepção de autonomia como limitação ao ato de aprender, tal como aparece nos estudos de Freud – com quem Fromm sempre dialogou, mas de forma intensamente contestadora e baseada nas perspectivas críticas marxistas –, principalmente no destaque dado à função secundária do(a) educador(a).

A noção defendida pelo psicanalista austríaco destoa do que se pretende expor neste texto, que tem por objetivo trazer a autonomia para as discussões sobre a prática educativa. Cançado (2020, p. 157), em sua leitura sobre a contribuição de Freud à educação, faz uma crítica às correntes teóricas que minimizam a importância do(a) professor(a) no processo de construção do conhecimento:

Ignorando a ideia de Freud em que o papel primordial da educação seria esse de inibir, proibir e suprimir impulsos, algumas escolas pedagógicas penderam unicamente para um dos lados da balança, defendendo uma “super liberdade” aos alunos, uma “pedagogia do amor”, desarticulada com a função pedagógica da castração. A ideia de autonomia dentro das correntes pedagógicas atuais pesa sobre o estudante, com premissas como a de que, se ensinar é impossível, cabe unicamente ao aluno aprender e que este será agente construtor de seu conhecimento. Essa mudança de posição relega o lugar do professor, do mestre, a um lugar secundário, de puramente apresentar estímulos aos alunos, que construirão sozinhos o saber. Essas escolas passaram a entender o ato educativo como uma espécie de violência contra a criatividade e a individualidade, termos tão utilizados atualmente como bandeira de defesa da construção de um “indivíduo autônomo”, como categoria conceitual moderna.

Nesse sentido, a tentativa que se faz no presente artigo, portanto, é dissonante da perspectiva citada, haja vista sua defesa de que o(a) professor(a) é um elo indispensável na relação aluno-escola, pois ele(a) traz a vontade e o desejo de aprender. Esse é o elemento central das teorias psicanalíticas sobre a prática educativa, pois delas emergem os conceitos de ‘transferência’ e ‘desejo’ como fenômenos comuns ao processo de educação, e ambos se relacionam mais com o(a) professor(a) do que com a instituição escolar. A participação na instituição associa-se à contenção das pulsões, mas o ato educativo se consolida na figura docente.

Muitas vezes, as noções de autonomia e liberdade foram questionadas e criticadas como algo utópico e que não poderiam se concretizar na sociedade atual. No entanto, a realidade mostra-se distinta, pois pensa-se que, no cotidiano escolar,

há sempre a possibilidade de criação de outras dinâmicas, fluxos, potencialidades e estratégias para a construção da autonomia dos sujeitos, sejam eles alunos(as), professores(as), gestores(as) ou membros da comunidade escolar.

Por isso, neste artigo, sem nenhuma pretensão de esgotar a temática, buscase abordar alguns pontos de consonância e conexão entre as perspectivas de liberdade em Erich Fromm¹ e de autonomia em Paulo Freire,² de forma a se avaliar, em um terceiro momento, como essa discussão poderia contribuir para os debates ao redor das relações entre a psicanálise e a educação, bem como para se pensar de forma crítica sobre os usos dos referidos conceitos nos discursos e dispositivos institucionais sobre o trabalho educativo na escola.

2 LIBERDADE PARA ERICH FROMM

A análise de Erich Fromm (1965) possui um viés marcadamente social, conforme se observa em sua biografia, pois o autor vivenciou relevantes acontecimentos históricos: Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, nazismo na Alemanha, fascismo na Itália, stalinismo soviético, Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Portanto, suas obras trazem um contexto de elucidar as questões que emergem destas vivências. Borgheti (2013) relembra que Fromm faz parte da primeira geração de intelectuais da Escola de Frankfurt, portanto, seu pensamento traz em seu cerne uma teoria social.

Aborda-se a posição de Fromm (1965) sobre o capitalismo a partir do materialismo histórico-dialético, que detém concepção, leis e dinâmica de funcionamento próprias. No entanto, Fromm destaca nesse conceito o encontro do humanismo de Freud e Marx, pois em ambos ele identifica este traço.

Nos dois autores há presença de criticidade sobre a organização social, e em vista disso From analisa as teorias de Marx e Freud numa tentativa interdisciplinar, valendo-se das contribuições da filosofia, da sociologia e da psicologia, sendo esta

¹ As obras de Erich Fromm tiveram grande veiculação no Brasil, em especial entre a segunda metade dos anos 1960 e o início dos anos 1980, publicadas por editoras de grande circulação no país, como Jorge Zahar Editores e Círculo do Livro.

² A forte presença do trabalho de Erich Fromm ocorre especialmente nas duas primeiras obras de Paulo Freire, conforme também indicado na minuciosa biografia construída pela educadora Ana Maria Araújo Freire (FREIRE, A., 2017), viúva de Paulo Freire, na lista de todas as obras utilizadas pelo educador pernambucano em seus livros.

última representada pela teoria psicanalítica de Freud, como forma de compreensão dos fenômenos sociais:

Perturbava-me profundamente as questões relacionadas com os fenômenos individuais e sociais, e ansiava por encontrar uma resposta. Tive-a nos sistemas de Freud e Marx. Mas fui também estimulado pelo contraste entre os dois e pelo desejo de resolver essas contradições. (FROMM, 1965, p. 14).

A relação que Fromm (1965) estabelece entre Marx e Freud se consubstancia em sua crítica ao ímpeto sexual em todas as obras de Freud, o qual ele acreditava que se vinculava a uma perspectiva do materialismo burguês, que, por sua vez, estava calcada numa atitude autoritária e patriarcal. Assim, Fromm entendia Freud como um sujeito recluso ao padrão de comportamento vigente em seu tempo de vida.

Em sua obra *O medo à liberdade*, Fromm (1968) desenvolve uma perspectiva mais existencialista e menos psíquica/psicanalista, que o afasta das concepções freudianas, ao desenvolver de forma mais minuciosa e enfática a noção da liberdade – mesmo em sua negação –, dada à criticidade sobre o elemento humanizador, que é estabelecido pela preocupação com a consciência de sujeito para a transcendência, o que o levará a autonomia. Sobre a perspectiva que pauta essa obra ao redor da liberdade – e que nos é mais pertinente no contexto deste artigo – Fromm (1968, p. 10) aponta:

A tese deste livro é que o homem moderno, emancipado dos grilhões da sociedade pré-individualista que simultaneamente lhe davam segurança e o cerceavam, não alcançou a liberdade na acepção positiva da realização do seu eu individual: isto é, a manifestação de suas potencialidades intelectuais, emocionais e sensoriais. A liberdade, não obstante haver-lhe proporcionado independência e racionalidade, fez com que ele ficasse sozinho e, por conseguinte, angustiado e impotente. Este isolamento é intolerável e as alternativas com que ele defronta são, seja a de escapar do peso dessa liberdade para novas dependências e para a submissão, seja para progredir para a realização plena da liberdade positiva que se baseia na originalidade e individualidade do homem.

Aqui se dialoga com um dos motes desta análise, qual seja, a discussão sobre os limites da liberdade, o quanto ela traz de conforto ao sujeito em sua constituição de si e na sua relação com o outro, no processo educativo sobremaneira.

Todavia, Fromm (1965) se aproxima do conceito de alienação de Marx, mas ainda com o uso de Freud para explicar a estrutura de caráter do homem moderno, porém sem explorar o contexto de sexualidade característico deste último. O autor

tenta explicar a influência social nas ações individuais por meio de uma proposta pautada no humanismo:

Humanismo no sentido de que todo homem representa toda a humanidade, portanto, que não há nada de humano que lhe possa ser estranho. Marx apoiava-se nessa tradição, de que Voltaire, Lessing, Herder, Hegel e Goethe são alguns dos representantes mais destacados. Freud expressou seu humanismo principalmente no conceito de inconsciente. Supunha que todos os homens partilham dos mesmos anseios inconscientes e, portanto, podem compreender-se mutuamente, uma vez que se disponham a mergulhar no submundo do inconsciente. (FROMM, 1965, p. 21-22).

O que se depreende da leitura de Fromm é que ele traz sua experiência enquanto psicanalista para identificar as necessidades e os medos dos sujeitos, colocando-os de frente à organização social em que as pessoas eram socializadas, trazendo a dialética entre o nível individual e social, além de desenvolver sua perspectiva do humanismo buscando suporte em Marx e Freud.

Mas a contribuição maior de Erich Fromm é a explicação do conceito de individuação, que se relaciona diretamente com a noção de liberdade do sujeito. O autor analisa a dicotomia entre a liberdade enquanto vontade e como ameaça para outros, contextualizando tal ameaça como o medo no capitalismo, pois acreditava que a noção de medo à liberdade emerge de uma análise do materialismo histórico, muito embora esse conceito, em sua opinião, não fosse estático, dependendo do ponto de vista do sujeito como indivíduo independente e distinto.

O conceito de individuação, concomitante à noção de liberdade, é trazido por Fromm (1968) por meio de uma analogia com o processo de nascimento e crescimento da criança, visto que esta, ao nascer, permanece unida à mãe, que a alimenta, protege-a e lhe oferece segurança e orientação, práticas que o autor denominou de “vínculos primários”.

Segundo o autor, trata-se de um processo intensificado pela educação, pelo egocentrismo da criança ou mesmo pela submissão exagerada aos pais. Todavia, esses vínculos vão sendo rompidos, e é quando essa criança passa a ficar sozinha, percebendo-se no mundo, com visão de si mesma enquanto capaz de suprir suas necessidades por si mesma, sem auxílio ou interferências.

Só que tal condição a coloca na posição de enfrentar os perigos do mundo e se expor a eles, momento em que a noção de liberdade muda de sentido, podendo surgir os impulsos de renúncia à individualidade como forma de transpor o sentimento

de impotência e isolamento. Quando há a plena emancipação, a criança pode tornar-se autônoma.

É nesse contexto que Fromm (1968) abrange a noção de liberdade vinculada ao capitalismo, distinguindo assim a liberdade *de* e a liberdade *para*. O autor transfere sua análise para a influência social, pois, em épocas medievais, não existia noção de indivíduo, sendo este submetido aos regimes religiosos, econômicos e/ou sociais.

Ainda corrobora o pensamento de Fromm (1968) a alusão ao capitalismo como o elemento libertado naquele momento, pois o homem tornava-se senhor de si e de suas escolhas. Porém, também se libertou dos vínculos que lhe ofereciam segurança e lhe conferiam graus de relacionamento. Assim, Fromm explica o medo à liberdade como a contradição entre o estado de ser livre e, ao mesmo tempo, a obrigação de ter que sobreviver sem os vínculos de segurança e as relações.

3 AUTONOMIA PARA PAULO FREIRE

A perspectiva de autonomia é uma construção da liberdade em Paulo Freire, que pesa sobre suas obras como uma forma de continuidade ao processo social que vai sendo estabelecido por meio da educação. Destaca-se, nas obras de Paulo Freire, a busca pela formação educativa com liberdade na construção da autonomia do sujeito, como aquele(a) que constrói a si e a sua realidade, podendo ser protagonista de seu próprio conhecimento, porém o autor enfatiza que esse processo também pode ser feito de forma compartilhada, com docentes, gestores(as) e colegas, como uma construção conjunta do ambiente e da realidade em que se vislumbra seu projeto individual.

Em *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, P., 1987), o autor tece críticas à pedagogia praticada pelas classes dominantes, estática e dissociada de seus sujeitos: os oprimidos, que, portanto, não podiam fazer parte do ambiente, mas se voltavam contra seus opressores. Assim, Paulo Freire (1987) debate a libertação da pedagogia da opressão a partir da consciência de mundo e a revolução dos oprimidos a partir do estabelecimento de uma nova pedagogia, mais aberta ao diálogo e à *práxis* enquanto ação e reflexão, por meio da participação de sujeitos ativos, críticos e conscientes de si e do mundo.

Ainda há a proposta de uma prática pedagógica dialógica do oprimido em Paulo Freire (1987), ao redor de sua emancipação e libertação, por meio da transformação de si mesmo e de sua realidade, por sua perspectiva enquanto sujeito cognoscente, que participa e, portanto, constrói a própria história, partindo de uma *práxis* enquanto ação e reflexão contínuas do ato de ensinar. O autor também prevê em sua concepção o diálogo entre educadores(as) e educandos(as) para a investigação do contexto histórico e social, problematizando-o para a transformação da realidade, por meio da ação colaborativa, da cooperação e da síntese cultural.

Assim, percebe que precisa haver uma aproximação entre sujeitos educativos, a fim de promovê-la enquanto continuidade da prática social e cultural de determinada região, afirmando que tal perspectiva traz uma condição autônoma, ao passo que gera a preocupação com a transformação da realidade social e cultural por meio da participação ativa, consciente e responsável de sujeitos, desde suas vivências.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2015) apresenta a trajetória com que ele consolidou sua perspectiva emancipatória da educação, a partir da visão de docentes e discentes, trazendo a contribuição da prática educativa pelo exemplo, pela crítica, pelo respeito aos conhecimentos discentes e pela flexibilidade em aceitar o novo, defendendo esses elementos como condições necessárias para que o(a) professor(a) desenvolva a ética, a crítica e a rejeição às propostas de discriminação. Nesse perfil, o autor reserva amplo espaço para o diálogo, conforme pontua sabiamente Borgheti (2013, p. 115):

Para Freire, o diálogo, entendido como encontro dos homens com a finalidade de se pronunciarem sobre o mundo, se apresenta como condição fundamental para real humanização e libertação das pessoas, e este sentido pedagógico/dialógico deve se fazer presente em todas as etapas desta proposta de revolução cultural.

O autor ainda traz importante contribuição sobre a obra de Paulo Freire, por meio de uma perspectiva sobre a relação do sujeito com o outro, nestes termos:

Ao definir a liberdade nas obras *Educação e atualidade brasileira* e *Educação como prática de liberdade*, Freire parte de uma concepção antropológico-existencial pela qual o homem, dotado de liberdade interior, se afirma como pessoa e se orienta pela razão e amadurece esta liberdade na relação com o outro. (BORGUETI, 2013, p. 134).



A abordagem de Paulo Freire (2015) sobre a liberdade vai amadurecendo a partir da relação de respeito à autonomia do(a) aluno(a), ao entendê-lo(a) e trazer a docência como uma atividade tipicamente humana, que requer respeito e ética:

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. Não faz mal repetir a afirmação várias vezes feita neste texto – o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceber uns aos outros. (FREIRE, P., 2015, p. 58).

Aqui Paulo Freire traz o cerne do ensino e da docência: o respeito à autonomia individual. Não somente no que diz respeito ao pensamento mas também à natureza humana do(a) aluno(a), o que também abarca suas questões individuais, sociais, históricas, genéticas ou filosóficas. O autor afirma que a liberdade é o processo para o desenvolvimento da autonomia, conforme abordada por outras obras ao longo desta pesquisa.

Há a necessidade de se buscar em Paulo Freire (1981) elementos para aprofundar a análise dos elementos que ele utiliza para fazer sua construção do conceito de autonomia. O autor entende a relevância de desenvolver uma postura crítica ao estudar, porém sabe que se trata de uma atividade difícil, porque exige sistemática disciplina intelectual, que somente pode ser obtida pela prática. Enfatiza o autor que a educação bancária não incentiva o estudo, pois busca matar nos estudantes “[...] a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade” (FREIRE, P., 1981, p. 8). Assim, complementa seu pensamento afirmando que

Este procedimento ingênuo ao qual o educando é submetido, ao lado de outros fatores, pode explicar as fugas ao texto, que fazem os estudantes, cuja leitura se torna puramente mecânica, enquanto, pela imaginação, se deslocam para outras situações. O que se lhes pede, afinal, não é a compreensão do conteúdo, mas sua memorização. Em lugar de ser o texto e sua compreensão, o desafio passa a ser a memorização do mesmo. Se o estudante consegue fazê-la, terá respondido ao desafio. Numa visão crítica, as coisas se passam diferentemente. O que estuda se sente desafiado pelo texto em sua totalidade e seu objetivo é apropriar-se de sua significação profunda. (FREIRE, P., 1981, p. 8).

Aqui, a autonomia passa a ser construída, inicialmente, pela base da educação, pela dinâmica de como esta é implementada e reproduzida na sociedade brasileira, pela memorização em detrimento do saber livre, crítico, imaginativo, criativo. Paulo Freire (1981, p. 9) ainda afirma que

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele. A atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade, da existência. Uma atitude de adestramento com a qual se vá alcançando a razão de ser dos fatos cada vez mais lucidamente.

A primeira abertura a uma educação autônoma é o estudo sério, capaz de perceber que é possível pensar fora do padrão condicionado de pensamento imposto à escola pelos padrões ideológicos sociais que controlam as massas populares. A atitude de abrir possibilidades aos alunos e às alunas se inicia a partir da preocupação com o estudo para o futuro, visando à construção de suas capacidades de compreender e recriar o mundo. O estudo, para Paulo Freire (1981), é uma atitude humana perante o mundo:

Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade, como dos laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro, é naturalmente crítica, por isso, reflexiva e não reflexa, como seria na esfera dos contatos. Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender. (FREIRE, P., 1967, p. 40).

Paulo Freire (1967) fala da transcendência enquanto capacidade humana de transformar a realidade a partir da própria singularidade, ao fazer parte do mundo de forma consciente, crítica e reflexiva, o que o autor ressalta ainda mais ao afirmar que, desde há muito, a publicidade organizada, juntamente com os mitos criados e inseridos no mundo pelas ideologias, vem retirando nossa capacidade de decisão:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. (FREIRE, P., 1967, p. 43).

Para explicar esse estado de letargia do ser humano, aprisionado pela ausência de crítica, de consciência e, portanto, de participação na construção da realidade histórica da qual faz parte, Paulo Freire (1967) sugere que estas realidades históricas vêm sendo construídas parcialmente por uma elite, que as interpreta conforme sua visão de mundo, relativizada por condições sociais, econômicas e políticas, depois as entrega às pessoas comuns, que as seguem como uma receita médica.

É por meio desse modelo que o ser humano julga estar obtendo segurança, mergulhando e se afundando na ilusão da ignorância da massificação, em meio à qual ele deixa de ser sujeito para se tornar um objeto, um ser domesticado e acomodado, o que lhe tira a fé e a esperança. E, para explicar esse contexto, Paulo Freire cita Fromm, na primeira edição de *O medo à liberdade*, de 1941:

Libertou-se – diz Fromm – dos vínculos exteriores que o impediam de trabalhar e pensar de acordo com o que havia considerado adequado. Agora – continua – seria livre de atuar segundo sua própria vontade, se soubesse o que quer, pensa e sente. Mas não sabe. *Ajusta-se* (o grifo é nosso) ao mandado de autoridades anônimas e adota um eu que não lhe pertence. Quanto mais procede deste modo, tanto mais se sente forçado a conformar sua conduta à expectativa alheia. Apesar de seu disfarce de iniciativa e otimismo, o homem moderno está esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham. (FROMM, 1941, p. 275-276 *apud* FREIRE, P., 1967, p. 43).

A forma de superação desse sentimento de impotência que Paulo Freire menciona em Fromm é a busca por uma nova educação, pautada em elementos sociais e subjetivos que produzirão efeitos na economia, na política, na cultura e, conseqüentemente, na sociedade. Paulo Freire (1996) traz sua experiência sobre a educação na sociedade brasileira estabelecendo uma relação entre a cultura e a educação como forma de produzir e implementar uma nova proposta para a prática educativa.

Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1996) apresenta a configuração de uma educação que esboça a participação ativa dos(as) alunos(as) a partir de uma postura dos(as) docentes, com olhar para uma nova perspectiva da educação, que traga em seu cerne o exercício de convivência com os(as) discentes:

A questão da formação docente ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos é a temática central em torno de que gira este texto. Temática a que se incorpora a análise de saberes fundamentais àquela prática e aos quais espero que o leitor crítico

acrescente alguns que me tenham escapado ou cuja importância não tenha percebido. (FREIRE, P., 1996, p. 8).

Esse aspecto é central na pedagogia da autonomia, pois traz em sua abordagem a participação do(a) docente como figura destacada na condução da autonomia e do protagonismo do(a) aluno(a), pois ele(a) mesmo(a) se apresenta em constante processo de formação:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. (FREIRE, P., 1996, p. 13).

O papel da educação é o de fazer evoluir e transformar, por isso o(a) docente precisa desenvolver sua autonomia e seu protagonismo, no sentido de guiar alunos e alunas neste caminho, em uma construção conjunta. Destacam-se alguns elementos desta obra de Paulo Freire (1996) que elucidam a postura do(a) docente e favorecem a construção de um projeto de vida – tanto para ele(a) quanto para seus(suas) estudantes. A visão do autor se traduz na busca pela crítica e na curiosidade, que levam à transformação por meio da adoção gradativa de outros elementos:

O pensar certo sabe, por exemplo, que não é a partir dele como um dado, que se conforma a prática docente crítica, mas sabe também que sem ele não se funda aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. (FREIRE, P., 1996, p. 21).

Paulo Freire (1996) propõe que essa crítica deve ocorrer sobre a prática, como parte de uma formação contínua docente, bem como que a mudança se dá pela reflexão crítica, porque docente também é sujeito, constrói-se e recria-se, enfatizando assim o papel da identidade cultural para essa constituição de si e de sua prática pedagógica, já que o(a) docente não é mero(a) transmissor(a) de conhecimento:

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala

de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, P., 1996, p. 25).

Aqui, Paulo Freire traz sua experiência como docente e a realidade de sua trajetória até chegar ao ponto de maior relevância em sua obra, que é o respeito à autonomia do(a) aluno(a), o que, segundo seus pressupostos, permitirá a construção do conhecimento, e não somente a transmissão por parte de quem educa, pois educar implica abertura aos saberes das alunas e dos alunos, suas vivências e experiências, que conquistam espaço para definirem seus sonhos.

Freire (1996) se refere à liberdade como uma parte daquilo que considera a decisão do(a) docente, oferecendo ao espaço/tempo pedagógico aquilo que permite a continuidade específica do ato de ensinar, dentro da perspectiva democrática que norteia sua noção de liberdade:

O grande problema que se coloca ao educador ou à educadora de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade. Quanto mais criticamente a liberdade assume o limite necessário tanto mais autoridade tem ela, eticamente falando, para continuar lutando em seu nome. Gostaria uma vez mais de deixar bem expresso o quanto aposto na liberdade, o quanto me parece fundamental que ela se exercite assumindo decisões (FREIRE, P., 1996, p. 54).

Quando aborda a decisão que advém da liberdade, Paulo Freire (1996) o faz por meio da compreensão de que educar é intervir no mundo, um processo que requer decisões conscientes, no sentido de transformar a realidade social, econômica e política, as relações humanas, entre outras esferas que exercem impacto direto sobre a vida e o ambiente de docentes e alunos(as). Essa concepção é corroborada por sua proposta de uma educação autônoma, um dos aspectos que sustentam a prática pedagógica de docentes que atuam com autonomia, o saber escutar:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a ferir com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele. Mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele. (FREIRE, P., 1996, p. 58).

Assim, percebe-se que a autonomia em Paulo Freire é uma construção dos elementos mencionados, partindo da busca da consciência pela reflexão crítica, da atitude e da decisão para a transformação do mundo, do respeito à autonomia de alunos(as), da liberdade e da escuta. O que se percebe nessa análise é que, da liberdade de que fazem parte os demais elementos, decorre a sua proposta de autonomia.

4 AUTONOMIA, LIBERDADE E EDUCAÇÃO

Pretto e Zitkoski (2016) analisam a liberdade em Paulo Freire e Eric Fromm como parte de uma educação humanizadora, em que a liberdade é analisada em face dos problemas da humanidade, sendo que ambos os autores propõem a superação das questões das sociedades do século XX a partir da imersão na educação, que se espalha pelos diferentes aspectos da vida social.

Para os autores, Paulo Freire e Eric Fromm se complementam, pois Freire se utiliza da teoria psicanalítica de Fromm para explicitar a busca da liberdade e assim desenvolver sua pedagogia humanizadora. Eis o pensamento de Fromm sobre a liberdade:

Para esse autor, a libertação é fundamentada como um processo em que está inserido tanto aquele que domina como aquele que é dominado. Fromm acreditava que o ser humano precisa estar livre de vínculos internos e externos impelidos pelos impulsos de submissão e dominação, pois esses funcionam como mecanismos de evasão da liberdade. Para ele, o homem somente alcançará a sua liberdade quando se conscientizar que ser livre é uma condição humana, ao contrário da não liberdade que é uma condição imposta pelo opressor pela qual revela sua obsessão doentia de negação à vida. (PRETTO; ZITKOSKI, 2016, p. 47).

A obra de Paulo Freire (1967) é convite à reflexão sobre a alfabetização e sua relação com a cultura, mas é sobretudo com a pauperização da população no contexto histórico brasileiro que ele faz sua análise da realidade. Embora a realidade expressa por Paulo Freire (1967) sobre a função do(a) coordenador(a) se distinga da realidade docente, algo já superado nas políticas atuais de educação no Brasil, é relevante trazer esta fala à baila, por se tratar da educação libertadora e democrática.

Em *Cartas à Cristina*, Paulo Freire (1994) discorre sobre sua experiência e *práxis* pedagógica, trazendo elucidação ao conceito de liberdade como forma de

praticar a democracia e fazendo alusão à relação entre autoridade e liberdade. O autor afirma que são conceitos que mantêm estreita relação no âmbito da prática educacional.

Paulo Freire (1994) ainda destaca que é um erro comum da autoridade pedagógica referir-se à liberdade como limitada pelo medo, pela coerção, por recompensas ou punições, bem como que as experiências da formação dos limites necessários para a liberdade do sujeito moral não podem ser pautadas por pressões, ameaças ou assédios por parte de autoridades que não respeitam a liberdade.

Quando explica que o limite é estabelecido pelo sujeito, no momento em que este assume de forma verdadeira quem ele é, respeitando a autoridade não porque ela o limita, mas porque faz sentido na realidade em que está imerso, Paulo Freire deixa transparecer a grande influência que a obra de Fromm (1968) exerceu sobre seu trabalho, em especial ao redor da explanação sobre o medo à liberdade enquanto limitante da autonomia, pois somente ao transpor as amarras dos modelos sociais vigentes o sujeito se torna capaz de desenvolver a autonomia. Nesse sentido, portanto, a autonomia decorre da liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o(a) professor(a) tem responsabilidade não somente em levar o conhecimento ao(à) aluno(a), como historicamente cristalizado pela transmissão de conteúdos, mas também em auxiliá-lo(a) no processo de satisfação do desejo, a fim de que busque a liberdade e a autonomia necessárias à construção do seu próprio conhecimento.

Ou seja, o(a) professor(a) é um(a) agente de mudança, na medida em que ajuda o(a) aluno(a) a desenvolver autonomia para construir sua própria realidade, o que o(a) auxiliará na transformação de sua realidade social e de todo seu entorno, do qual o(a) professor(a) também faz parte. Portanto, o(a) docente também se reinventa nesse processo e deve desenvolver suas práticas pedagógicas em torno de sua própria necessidade de transformação.

Assim, percebe-se que o(a) docente pode ser o(a) primeiro(a) a desenvolver seus projetos de vida, a fim de que possa ter legitimidade para construir com os alunos suas experiências no campo educativo com este recurso. A análise de Freire e Fromm

desvela o modo como se constrói a autonomia, qual seja, pela atuação participativa de alunos(as) e professores(as) na construção de uma nova realidade.

A superação do medo à liberdade em Fromm – com a proposta de uma educação libertadora e autônoma – constrói-se a partir da superação da submissão aos modelos vigentes, pelo ensino baseado em uma atitude crítica, consciente, atenta, reflexiva e dialógica, concepção complementar às propostas de Paulo Freire. Juntas, ambas conformam a experiência de ensinar e aprender entre alunos(as) e professores(as) por meio da prática pedagógica docente na condução do projeto de vida, seu(sua) e de seus(suas) alunos(as).

Buscaram-se nos conceitos de liberdade e autonomia em Freire e Fromm alguns elementos que pudessem estabelecer relação com a transformação do contexto social brasileiro. A contribuição inicial de Paulo Freire é afirmar que a educação se determina em torno da realidade social, política, econômica e cultural em que é desenvolvida. Esses aspectos fazem parte da prática educativa e também refletem a subjetividade na constituição do sujeito. Para Freire, é preciso transcender com consciência sobre o que cerca esse sujeito, mas também com capacidade crítica, para que haja ação para a mudança.

Fromm, por sua vez, traz a noção de liberdade como forma de olhar fora do modelo vigente e restrito em que vivem as grandes massas. O autor aborda a liberdade enquanto meio de pensar fora do senso comum, que se submete aos modelos de forma alienada sem consciência de sua submissão ou do porquê se submete. Povo alienado não tem crítica ou consciência e, portanto, continua a perpetuar o modelo proposto pelas elites dominantes.

Freire vai além, ao estabelecer um vínculo com a pesquisa de Fromm, no sentido de oferecer meios para a prática educativa que se lança a promover a consciência, a crítica e a ação autônoma, o que é possível ao sujeito que apresenta a capacidade de transformação e emancipação a partir da reflexão sobre suas práticas educacionais.

No entanto, uma prática educativa que busque contribuir com a formação de sujeitos autônomos e livres não pode se pautar somente em processos individuais e na busca solitária pela libertação. Ela precisa enfatizar o escopo coletivo e colaborativo, o qual, por sua vez, por não aceitar a individualização extremada promovida pelo capitalismo neoliberal contemporâneo, precisará construir, em

conjunto, estratégias de ações coletivas que deem aos sujeitos, individuais e coletivos, possibilidades de transformar a realidade. Em especial para impedir todas aquelas práticas de exploração e barbárie, responsáveis pelo abismo social, cultural, ambiental, econômico e político que assola as sociedades globais.

WAGNER ROBERTO NEVES

Mestre em Educação pela Universidade Ibirapuera (UNIB), Especialista em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e em Psicologia Organizacional pela Universidade de Santo Amaro, licenciado em Pedagogia e em Letras pela Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN). Gestor na Secretaria de Educação de São Paulo, e coordenador de Pedagogia na Universidade Ibirapuera.

RODRIGO BARCHI

Pós-doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor do Programa em Pós-Graduação em Educação na Universidade de Sorocaba (UNISO) e professor convidado do Doctorado en Educación, Arte y Cultura da Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca (UABJO).

REFERÊNCIAS

BORGUETI, Rorigo da Silva. *O problema da liberdade nas obras de Paulo Freire e Erich Fromm*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

CANÇADO, Marina Junqueira. Psicanálise e Educação: Reflexões Sobre o Caminho para a Ética do Desejo. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 154-157, jan./jun. 2020.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: Uma história de vida*. 2. ed. rev. atualizada. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FROMM, ERICH. *O medo à liberdade*. Tradução de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PRETTO, Flavio Luiz; ZITKOSKI, Jaime José. Por Uma Educação Humanizadora: Um Diálogo Entre Paulo Freire E Erich Fromm. *Revista de Ciências Humanas*. Educação, v. 17, n. 29, p. 46-65, dez. 2016.

Recebido em: 11/03/2021.

Aprovado em: 15/08/2022.